

O IMPACTO DO ENEM E SISU NA MIGRAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE A MIGRAÇÃO INTERNA E EDUCAÇÃO

Mayra Cristina Soares Menezes¹

Angela Fagna Gomes de Souza²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) têm influenciado a mobilidade estudantil pelo território brasileiro; e os efeitos dessas políticas na equalização do acesso ao ensino superior para diferentes grupos sociais e regiões do Brasil. A migração interna é um tema amplamente discutido no país, assim como a migração internacional de estudantes; no entanto, existem poucos estudos que abordam a migração interna de estudantes. Portanto, neste trabalho, por meio de uma revisão da literatura baseada em publicações científicas, o conceito de migração foi explorado, e foram identificadas algumas das principais razões pelas quais as pessoas migram, refletindo sobre a relação entre migração e educação, na busca por melhores oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Ensino Superior; ENEM; SiSU.

ABSTRACT

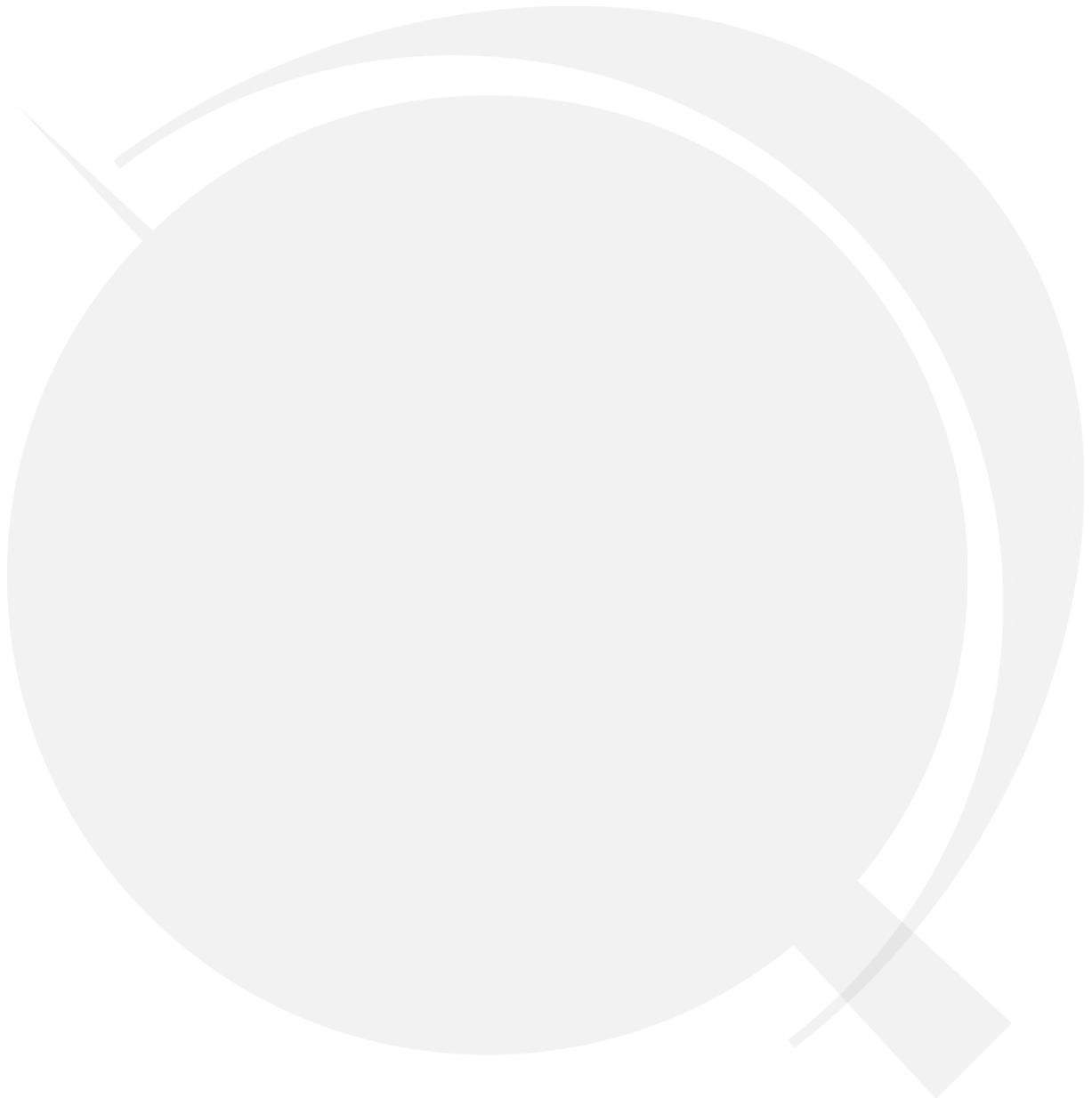
This study aimed to analyze how the National High School Exam (ENEM) and the Unified Selection System (SiSU) have influenced student mobility across Brazilian territory, and the effects of these policies on equalizing access to higher education for different social groups and regions of Brazil. Internal migration is a widely discussed topic in the country, as is the international migration of students; however, there are few studies that address the internal migration of students. Therefore, in this work, through a literature review based on scientific publications, the concept of migration was explored, identifying the main reasons why people migrate, reflecting on the

¹ Graduanda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC). E-mail: mayra.menezes@ufu.br

² Professora do Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
E-mail: angelafagna@ufu.br

relationship between migration and education, highlighting how the search for better educational opportunities.

KEYWORDS: Migration; College education; ENEM; SiSU.



INTRODUÇÃO

A migração tem sido uma constante ao longo da história humana, desde as primeiras comunidades que se deslocavam pelo interior da África, até os dias atuais, em que pessoas que migram buscando melhores condições de vida. Esse fenômeno também desempenha um papel significativo na história da Geografia, sendo essencial para compreender a formação e a construção dos territórios.

Nesse sentido, a migração estudantil é um tema muito explorado quando se trata de mobilidade internacional, entretanto há poucos estudos que se debruçam sobre a migração interna de estudantes no Brasil. Biagioni (2010), afirma que embora as taxas de migração interna no Brasil desde a década de 1980 tenham sido impulsionadas por fatores educacionais, a relação entre esses dois fenômenos permanece pouco explorada no contexto brasileiro e representa uma questão em aberto na composição estrutural do país.

A educação é vista por parte da população como uma garantia de melhoria na qualidade de vida. A partir desse ponto de vista, muitos jovens e adultos desejam entrar no ensino superior por almejam condições mais dignas de trabalho. A migração interna no Brasil reflete sua busca por maior mobilidade social e qualidade de vida através da competição por oportunidades dentro da estrutura social (Biagioni, 2010). Nesse caso, muito mais que apenas um fenômeno demográfico, migrar se torna uma ferramenta pela qual o indivíduo é capaz de alcançar seus objetivos.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar como as políticas públicas voltadas para o ensino superior, sobretudo o Enem e o Sisu, têm influenciado a mobilidade de estudantes no território brasileiro. Pretende-se explorar o conceito de migração e identificar as principais razões pelas quais as pessoas migram, além de refletir sobre a relação entre migração e educação, destacando que a busca por melhores oportunidades educacionais influencia os fluxos migratórios internos no Brasil.

Este estudo utilizou uma abordagem de pesquisa qualitativa para obter uma compreensão mais profunda do fenômeno em seus aspectos mais sutis e subjetivos. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura de publicações científicas disponíveis em repositórios online, periódicos e capítulos de livros.

SOBRE MIGRAÇÃO

A migração é um tópico que tem estado constantemente presente na história da humanidade. Os fluxos de pessoas entre cidades, regiões, estados e/ou países, de maneira temporária ou permanente, surgem como uma preocupação ao se estudar as dinâmicas populacionais (Carvalho, 2022). A mobilidade é um componente essencial para todos os seres vivos, especialmente para os seres humanos, pois está intrinsecamente ligada à subjetividade dos indivíduos, incluindo suas necessidades, motivações, limitações e restrições. No contexto social, as migrações representam uma transição da sociedade tradicional para a moderna (Souza; Almeida, 2019).

Ao decorrer da história, o ato de migrar sempre esteve associado à necessidade de sobreviver às mais diversas circunstâncias, sobretudo, no começo da existência humana, quando não se tinha conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da agricultura e pecuária. Por isso, os primeiros seres humanos, que dependiam principalmente da caça de animais, da pesca e da coleta de frutos e plantas, precisavam migrar de um lugar para outro quando os recursos se esgotavam (Araújo, 2022).

Carvalho (2022) destaca que a construção do conceito de migração está particularmente ligado à demografia, embora seu estudo e interesse envolvam diversas disciplinas científicas que se dedicam à mobilidade humana no espaço geográfico. Dessa forma, de acordo com Biagioni (2010), migração não se refere apenas ao fenômeno demográfico de alteração do local de residência de uma pessoa ou família, mas sim um processo social de deslocamento baseado em um contexto histórico específico, e em um período e território definidos, que caracterizam o próprio fenômeno.

Os processos de movimentação de pessoas dentro e entre territórios têm sido, e continuam sendo, essenciais para as relações sociais e a construção dos territórios. Esses padrões de migração desempenharam um papel vital na formação da malha social e cultural das comunidades, facilitando a troca de ideias, recursos e experiências que contribuem para o desenvolvimento e transformação das regiões.

Segundo Becker (1997, p.323), “migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre pessoas e o seu ambiente físico”. Para Martins (2011, p.298), “compreender a migração é descobrir o fenômeno migratório como processo

social, e em análise deve ser abordado como estudo de determinação de classes e variações do processo capitalista para sua ascensão”.

No cenário demográfico do Brasil, as migrações internas possuem uma importância significativa devido às suas múltiplas implicações em termos socioeconômicos e desafios associados. Elas desempenharam um papel crucial no processo de concentração populacional, uma tendência que persiste até os dias atuais. Impulsionadas pela busca por novas oportunidades de emprego e melhorias na qualidade de vida, grupos populacionais gradualmente se deslocaram para regiões com um desenvolvimento econômico mais acelerado (Tavares, 2001).

Tavares (2001) destaca que as mudanças que afetam o lugar de nascimento são o ponto inicial do processo de migração, refletindo aspectos conjunturais, estruturais e pessoais da vida cotidiana.

Do ponto de vista da cultura, a migração traz outros desdobramentos para a vida dos sujeitos, pois estes deixam em seu território de origem mais do que trabalho e família, como uma abordagem ingênua do fenômeno poderia entender, deixam os elementos de identificação que compuseram sua existência até o momento de sua saída/fuga (Araújo, 2022, p.35).

Para Biagioni (2010), os migrantes buscam ativamente melhores oportunidades de integração social no mercado de trabalho de destino em comparação com as oportunidades que tinham na origem. O autor destaca que a migração, nesse sentido, não é um recurso em si, mas uma busca pela integração em um contexto social mais favorável para alcançar melhores condições de vida. Araújo (2022, p.18) destaca que “migrar é além de um fenômeno social, um direito humano, de ir e vir”.

É importante considerar o migrante como alguém que transforma o espaço geográfico ao trazer consigo as experiências e culturas de seu lugar de origem. O migrante é parte de um conjunto que vê a migração como uma oportunidade para uma vida nova, com novas experiências e oportunidades.

A RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO

A educação é sempre apontada como uma das principais ferramentas de desenvolvimento e transformação de vida. Muito se fala sobre como os investimentos na educação em países como Coreia do Sul e Japão, foram capazes de colocar esses países em um novo patamar socioeconômico, transformando economias destruídas por processos históricos marcantes, em países ricos e com um grande potencial tecnológico. A educação de fato pode ser uma ferramenta de mudança, trazendo alterações não apenas socioeconômicas, como também contribuindo para que haja modificações nas relações territoriais.

Em um país como o Brasil, com uma extensão continental e uma enorme disparidade social, é comum que estudantes migrem para outras cidades, estados e regiões em busca de melhores condições de ensino. Segundo Brito (2002), para compreender as relações estabelecidas entre educação e migração é necessário entender que este fenômeno vai muito além de questões estritamente demográficas. É necessário analisar o todo, levando em consideração os processos sociais.

Para Carvalho (2022, p.49):

A educação escolar no Brasil, ao longo de sua história, sempre refletiu a condição social da sua população de que estudar não era um direito, mas privilégio de uma elite social que se estabelecia como dominante sobre uma maioria pobre que tinha o analfabetismo como herança da sua condição social.

Neste contexto, é importante destacar que, no Brasil, há uma tendência de concentrar o poder político, econômico e territorial nas mãos de uma minoria, excluindo a maioria da população e privando-a do direito de tomar decisões que poderiam beneficiá-la (Souza; Almeida, 2019). Por um longo período, o acesso ao ensino superior foi amplamente limitado àqueles com meios financeiros para se mudar para regiões metropolitanas onde as instituições educacionais estavam concentradas. Em outras palavras, o fenômeno de migrar para estudar tem sido uma prática antiga, historicamente restrita a indivíduos com consideráveis recursos financeiros.

Biagioni (2010) ressalta que migrar não é algo necessariamente atrativo para o mercado, entretanto proporciona maiores oportunidades de competir por empregos com base em seu próprio capital humano. Esse contexto também pode ser observado quando pensamos nos processos de qualificação profissional através da educação. Migrar, em si, não garante uma melhor qualidade de vida, mas coloca o indivíduo em disputa por maiores oportunidades de ascensão social.

Sobre isso, Araújo (2022, p, 53) ressalta:

A representação social da educação para a decisão de migrar ou não se encontra estabelecendo também uma relação entre a educação e as perspectivas teóricas do ciclo de vida e a trajetória social. A entrada da criança na fase escolar é um fator decisório para que famílias inteiras se mudem (SANTOS; SOEIRA, 2011), do mesmo modo que, após os 17 anos (fim da idade escolar estabelecida legalmente para educação básica), os jovens tendem a buscar formas de prosseguir os seus estudos em nível superior.

Nesse sentido, Carvalho (2022) esclarece que é importante considerar o papel do governo e o impacto das políticas educacionais nas migrações, assim como os efeitos das migrações nos sistemas educacionais. Para o autor, “a existência ou ausência de aparato educacional no local de origem ou destino insere-se como fator de atração ou repulsão que influencia o migrante na sua tomada de decisão” (p.49).

Na análise de Souza e Almeida (2019) sobre as considerações feitas por Lopes (2008), é possível observar que a busca por emancipação financeira é uma das principais razões que levam jovens a migrar em busca de um ensino de qualidade.

Assim, refletir sobre o papel social da Universidade por meio do ensino, pesquisa e extensão, constitui tarefa fundamental para o enfrentamento das questões postas pela contemporaneidade, como é o caso de estudantes que estão em processo de migração interna no contexto do ensino superior brasileiro com vistas na promoção e no desenvolvimento dos sujeitos, por meio de políticas públicas decorrentes do anseio dessa população e em conformidade com as necessidades e demandas da sociedade, dando voz a novos discursos e a vozes silenciadas (Souza; Almeida, 2019).

Na literatura sobre imigração, observa-se a ideia de que, para muitos brasileiros, migrar e buscar melhores oportunidades de vida são conceitos interligados. Em grande parte das realidades, o acesso à educação no Brasil tem sido historicamente associado ao fenômeno da migração (Carvalho, 2022).

Para muitos jovens brasileiros, especialmente aqueles que vivem em regiões mais carentes, a educação é considerada a única maneira de alcançar melhores oportunidades de emprego. Por essa razão, muitos decidem deixar suas localidades de origem em busca de regiões onde possam encontrar melhores condições de ensino. Nesse contexto, a migração traz a esperança de uma vida melhor, com mais oportunidades e dignidade.

O IMPACTO DO ENEM E DO SISU NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EDUCACIONAIS

As políticas públicas, sobretudo as educacionais, possuem uma influência significativa nos processos migratórios. A ideia constante de que a educação é a porta de entrada para melhores oportunidades de vida tem ganhado ainda mais força nas últimas décadas, com as novas formas de entrada nas Universidades Públicas.

Anteriormente, o vestibular era a principal via de entrada para instituições públicas no Brasil, o que beneficiava principalmente aqueles que viviam próximos às instituições de ensino. Silva e Vargas (2020) comentam que “em outras palavras, o vestibular tradicional favorecia a concorrência local e não expandia sua seleção para que estudantes de outras localidades ingressassem e preenchessem vagas em diferentes instituições do país” (Silva; Vargas, 2020, p.3).

Em 1998 foi criado, através da portaria nº438 do Ministério da Educação (MEC), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio em todo o país. De acordo com Arrais (2023), o objetivo era contribuir com o desenvolvimento de novas políticas educacionais. Para a autora, essa iniciativa já apontava para a possibilidade do ENEM ser utilizado no futuro como porta de entrada para as instituições públicas federais, substituindo os vestibulares.

No início do século XXI, houve uma transição nos modelos de admissão adotados pelas instituições de educação superior. Segundo Arrais (2023), as mudanças estão relacionadas às novas políticas de expansão das Universidades, com a abertura de novos campus, e a democratização do acesso, através do aumento do número de vagas e criação de um novo sistema de seleção, em concordância com o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, em 24 de abril de 2007, com o objetivo de recuperação estrutural, pedagógica e de pessoal das universidades federais. As ações do programa visam à interiorização do Ensino Superior, o aumento de vagas nas graduações, a ampliação dos cursos noturnos e o combate a evasão. (Souza e Almeida, 2019, p.31)

Em sequência, no ano de 2009, Fernando Haddad, até então ministro da Educação, apresentou à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior a proposta de uma reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio. A ideia trazida pela proposta era de usar a nota obtida no exame como processo unificado para admissão nas Universidades Federais (Silva; Vargas, 2020). Com isso,

seria possível democratizar o acesso às vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), reestruturar o currículo do ensino médio e facilitar a mobilidade estudantil (Silva, 2022).

No mesmo ano, houve a criação do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) pelo Ministério da Educação, um sistema onde os participantes do ENEM poderiam se candidatar às vagas ofertadas pelas instituições federais de ensino superior. Segundo o MEC, em 2010, ano em que foi oficialmente implementado, o SiSU ofereceu 47 mil vagas para 51 instituições públicas em todo o país. Em 2011, o sistema reuniu mais 83 mil vagas, um aumento de 77% em relação ao ano anterior.

A reformulação do Enem e a implementação da plataforma Sisu modificaram radicalmente o sistema de seleção de instituições públicas do ensino superior brasileiro. As principais consequências esperadas dessa política de unificação são relacionadas a mudanças na qualidade alocativa entre alunos e vagas e a mudanças no comportamento de migração e evasão dos alunos. (Li, 2016, p.79)

De acordo com o Ministério da Educação (2010), na primeira edição do SiSU houve um aumento de 25% da taxa de mobilidade entre os estudantes, um ganho percentual significativo em relação à taxa anterior, que era de aproximadamente 1%. Conforme os dados obtidos por Li (2016), a região Sudeste é o destino principal para migrantes do Centro-Oeste, Sul e Nordeste, considerando apenas os fluxos migratórios. No entanto, para estudantes migrantes da região Norte, a região Centro-Oeste é o destino mais escolhido em todos os anos, exceto em 2010, quando a região Sul foi mais popular.

Li (2016) também destaca que o SiSU aumenta em cerca de 2,5 pontos percentuais (p.p) as chances de migração entre estados. Alguns fatores como o recebimento de auxílio social e ter pelo menos um dos pais com ensino superior também aumenta as possibilidades de migrar. A autora também verificou que gênero e origem escolar também possuem um papel importante na decisão de migrar. Segundo ela, ser do sexo feminino e ter cursado o ensino médio em escola pública diminui a probabilidade de migrar para outro estado. No contexto da migração intraestadual (migrar de uma cidade para outra dentro do mesmo estado), Li (2016) afirma que a adoção do SiSU reduziu em 2,9 p.p a probabilidade de o estudante migrar.

É importante ressaltar que, apesar do ENEM e do SiSU terem contribuído significativamente para democratizar o acesso às instituições públicas, ainda há um longo caminho a percorrer para que o acesso às Universidades seja de fato um direito

de todos. Para Silva (2022, p.37) “é necessário lembrar, no entanto, que o ENEM não democratiza o ingresso nas universidades, uma vez que, não abre maiores números de vagas dos cursos superiores”.

Pablo Gentili (2009, *apud* Arrais, 2022) afirma que as políticas educacionais, sobretudo nos países da América Latina, são marcadas por uma “exclusão includente”, sendo modificadas de tempos em tempos, criando um novo ambiente de inclusão, mas que continua perpetuando a segregação social no sistema educacional. Dessa forma, os discentes, especialmente os migrantes, enfrentam diversos desafios para permanecer na Universidade, como a falta de moradias estudantis e a escassez de auxílios voltados para a permanência.

Assim, refletir sobre o papel social da Universidade por meio do ensino, pesquisa e extensão, constitui tarefa fundamental para o enfrentamento das questões postas pela contemporaneidade, como é o caso de estudantes que estão em processo de migração interna no contexto do ensino superior brasileiro com vistas na promoção e no desenvolvimento dos sujeitos, por meio de políticas públicas decorrentes do anseio dessa população e em conformidade com as necessidades e demandas da sociedade, dando voz a novos discursos e a vozes silenciadas. (Souza; Almeida, 2019, p.32)

É inegável que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas têm substancialmente favorecido o acesso ao ensino superior em todo o Brasil, e que a mobilidade estudantil tem sido uma consequência natural desse processo. No entanto, é crucial lembrar que ainda há muito a ser feito para que o ensino superior se torne verdadeiramente um direito acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da migração, especialmente no contexto brasileiro, traz à tona toda a complexidade deste fenômeno ao longo da história. Muito mais do que apenas

mudanças demográficas, os processos migratórios também se manifestam nas transformações sociais, econômicas e culturais da sociedade.

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas, sobretudo o ENEM e o SiSU, têm desempenhado um papel extremamente importante na democratização do ensino superior, incentivando os jovens a explorarem novos caminhos através da mobilidade estudantil. Entretanto, ainda há muitos desafios que precisam ser enfrentados para garantir que todos tenham direito a um ensino superior de qualidade.

Com base nas discussões apresentadas, observou-se que a migração, vista como uma busca por melhores condições de vida e novas oportunidades, também deve ser analisada como um fenômeno social que influencia e é influenciado pelas políticas educacionais. Para isso, é necessário que as políticas públicas considerem as necessidades e demandas dos estudantes migrantes, garantindo não apenas o acesso, mas as condições necessárias para que eles possam continuar na Universidade.

Em suma, refletir sobre o papel das Instituições de Ensino Superior e a relação entre migração e educação é essencial para que possamos desenvolver uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes grupos sociais em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. Relação entre a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a migração interna por motivo de estudos nas cidades-polo de apoio presencial em Minas Gerais. 2022. 230 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.

ARRAIS, F. R. **A democratização do acesso à educação superior: migração e permanência estudantil em tempos de desmonte das universidades públicas.** In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2023, Universidade Pública. Anais... Universidade Pública, 2023.

BIAGIONI, Daniel. **Mobilidade social e migração interna no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/noticias/ckeditor/daniel_biagioni.pdf Acesso em: 20 de junho de 2024.

CARDOSO, R. P. *et al.* Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do Programa Universidade Para Todos. In: MACEDO, F. C. *et al.* (org.). **Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** Brasília: IPEA, 2022. cap. 13, p. 429-459.

CARVALHO, A. C.. **Relação entre a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a migração interna por motivo de estudos nas cidades-polo de apoio presencial em Minas Gerais.** Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2022.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 1059–1079, 1 dez. 2009.

LI, D. L. **O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e evasão estudantil.** 2016. 108 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2016.

MARTINS, I. M. M. Aspectos teóricos da migração e do migrante a uma nova forma de olhar o espaço. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2, p.292-321, 2011.

SILVA, A. G. Investigando o acesso no Ensino Superior em contexto de políticas públicas: o ENEM, o SISU e a migração estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: IX Jornada Nacional de Políticas Públicas, 2019.

SILVA, A. G.; VARGAS, H. M. **Novas políticas, novos desafios: o Enem e o Sisu como mecanismo de mobilidade estudantil reflexos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** In: I Encontro Internacional de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação II Congresso Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação XXII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação. 2020.

SILVA, L. S. **A migração universitária no período de 2014 a 2019 para UFMA, Campus VII, Codó-MA: “a vida é combate”.** 2022. 85 p. Monografia (Graduação em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Maranhão.

Sisu - **Ministério da Educação.** Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/sisu?start=380#:~:text=Desde%202010%2C%20ano%20em%20que,de%20Ensino%20M%C3%A9dio%20\(Enem\)](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/sisu?start=380#:~:text=Desde%202010%2C%20ano%20em%20que,de%20Ensino%20M%C3%A9dio%20(Enem)>)>.

Acesso em: 1 jul. 2024.

SOUZA, E. M.; ALMEIDA, L. P. Políticas públicas para a educação no Brasil e a mobilidade estudantil interna. **TraHs Números especiais**, n. 4, p. 22 - 35, 2019.

TAVARES, G. Q. Migração Interna Populacional e sua Participação no Desenvolvimento Regional No Final do Século XX. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, 2001.

